



“Somos o Estado que mais oferece atividade laboral”

Natural de Criciúma, filiada ao PMDB e advogada com especialização em Políticas Penitenciárias, foi deputada federal por 16 anos. Traz em seu currículo a participação em campanhas históricas do país, como a pela Anistia e pelas Diretas Já. Eleita deputada estadual em 2006, foi reeleita em 2010. Já em 2011 foi para o primeiro escalão do governo do Estado com a criação da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SJC), que passou a comandar com o lema “Sistema Humanizado, Cidadania Respeitada”. Em 2014, reeleita deputada estadual após se desincompatibilizar da secretaria, foi convidada pelo governador Raimundo Colombo a retornar à pasta, que congrega os departamentos de Administração Prisional, de Administração Socioeducativo e de Defesa do Consumidor, além da Academia de Justiça e Cidadania. Em conversa de mais de uma hora com a reportagem da Coluna Pelo Estado, em seu gabinete, Ada De Luca falou do êxito do trabalho que vem desenvolvendo no sistema penitenciário catarinense, fortemente baseado na ressocialização por meio do estudo e do trabalho, e ainda na exigência de um tratamento digno aos reeducandos: “Temos um sistema totalmente técnico. Encontramos 48 cargos em comissão na direção das unidades. Hoje, todos os cargos são técnicos, ou seja, só é diretor de unidade quem é agente penitenciário. Não se pede para um sapateiro fazer uma joia. No sistema penitenciário é a mesma coisa. Quem vai dirigir tem que conhecer profundamente o seu trabalho.”

[PeloEstado] - Santa Catarina registrou queda da população carcerária. Como isso aconteceu?

Ada Faraco De Luca - Nos últimos três anos a população carcerária em Santa Catarina cresceu em média 4,2% ao ano, menos da metade da média nacional, que é de 9%. Hoje temos 16.960 recolhidos no sistema (regime fechado, provisório e semiaberto) e 1.990 em regime aberto. Na nossa ótica, a humanização do sistema penitenciário contribuiu muito para essa queda. A pessoa, mesmo encarcerada, precisa ser respeitada e eu sempre acreditei na ressocialização. É com o trabalho essas pessoas adquirem valores, passa a ser respeitado pelas próprias famílias. Percebo isso nas visitas que faço aos presídios e às penitenciárias.

[PE] - A ressocialização passa pelo trabalho, pelo estudo...

Ada De Luca - É o que faz reduzir a reentrada no sistema penitenciário. Temos números de excelência em fugas e evasão. São mais de 60% de redução no número de fugas entre 2011 e 2015 e em 2016 o índice de evasão ficou em apenas 4,3% (de presos que usufruem do benefício de saída temporária e não retornam ao sistema prisional. O percentual refere-se ao indulto de Natal e ano novo 2015/2016). Temos o programa *Ressocialização pelo Estudo* que nos coloca em destaque nacional na Educação. Mais de duas mil pessoas do sistema estão estudando regularmente. No ano passado, 2.383 apenados se inscreveram para fazer o ENEM, 34% a mais do que em 2014. Somos o terceiro estado com maior número de inscritos, atrás de São Paulo e de Minas Gerais. Com o programa

Ressocialização pelo Trabalho conseguimos manter mais da metade dos presos trabalhando em chão de fábricas. Vamos incentivar os empresários para ampliar esse programa. Já temos 240 convênios e estamos prontos para assinar mais 78. Somos modelo para o Ministério da Justiça como Estado que mais oferece atividade laboral. E contribuem muito para esse resultado o Procap (Projetos de Capacitação Profissional e Implementação de Oficinas Permanentes), com os ministérios da Educação e da Justiça, e o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), que desenvolvemos com o Senac e o Senai.

[PE] - Como a senhora lida com os que criticam esse trabalho?

Ada De Luca - Luto pelos Direitos Humanos há muito tempo. Quem critica o faz na teoria. Tem que estar lá! Lá, no pátio, na cela, sentindo o que é viver sem liberdade. Presídio não é parque de diversão. A pessoa está lá para cumprir uma pena. Mas dignidade e respeito têm que existir. E o olhar feminino mudou o que existia antes, tanto no tratamento com os presos quanto com os agentes penitenciários.

[PE] - O que mudou em relação aos agentes?

Ada De Luca - Hoje todos estão uniformizados, com armas e viaturas novas, tudo o que é necessário para que realizem um bom trabalho. Mais de três mil servidores ligados ao sistema passaram por cursos de formação, capacitação e reciclagem na Academia de Justiça e Cidadania (Acadajuc). Criei a escola em 2011, seis meses

depois de ter assumido na minha primeira fase aqui na Secretaria, e os resultados são excelentes, especialmente porque esse é um setor sensível. Eles têm que aprender a trabalhar sem usar a força. Sou filha de preso político e veementemente contra qualquer tipo de agressão. Efetivamos 264 novos agentes penitenciários, aprovados no concurso de 2013. Todos têm curso superior e passaram por rigorosa seleção, com teste psicológico, investigação social e exame toxicológico. Agora somamos 2.300 agentes, além dos 180 que serão admitidos em caráter temporário até a realização de novo concurso, para as penitenciárias de Chapecó e Blumenau.

[PE] - Ainda há defasagem de quase 4.300 vagas no sistema. O que está sendo feito para resolver isso?

Ada De Luca - Estamos caminhando a passos rápidos para resolver isso. A Secretaria de Justiça e Cidadania foi a primeira a usar integralmente os recursos do *Pacto por SC* previstos para a pasta. Entre 2011 e 2015 foram geradas 4.751 vagas, temos mais 2 mil em construção e outras 956 programadas para início de construção em 2016. Mas não vivo em utopia. Ainda tem muito a ser feito para melhorar a parte estrutural do sistema prisional catarinense. Tem obras nossas que já deveriam estar prontas, mas passamos por três meses de chuvas, algumas intensas. Temos os recursos, os contratos estão ativos, mas não podemos fazer nada contra as intempéries do clima. Também não temos como agilizar alguns processos, entravados pela burocracia excessiva.

[PE] - A secretaria criou a Central de Penas e Medidas Alternativas (CPMA). Os resultados são positivos?

Ada De Luca - Esse programa é uma parceria com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina e é voltado aos praticantes de delitos de menor potencial ofensivo. Até dezembro do ano passado foram recebidos 14.136 processos na central, o que significa que mais de 14 mil beneficiários deixaram de entrar no sistema penitenciário de Santa Catarina. Estão cumprindo penas alternativas. Já temos centrais nas comarcas de São José, Joinville, Blumenau, Criciúma, Laguna, Itajaí, Chapecó e Ituporanga.

[PE] - Como está o atendimento aos jovens em conflito com a lei?

Ada De Luca - O sistema socioeducativo é um preventivo para que aquele jovem não entre para o sistema penitenciário. E temos que investir muito nesse público, porque já estamos lidando com os filhos da droga e do álcool, jovens sem base nenhuma, sem valores, muitos sem sequer saber escrever o próprio nome. É uma questão nacional. Seria muito melhor construirmos escolas de tempo integral, com esportes, artes, artesanato, informática, do que centros de atendimento! O jovem é o homem de amanhã! Essa área está sob o cuidado do Departamento de Atendimento Socioeducativo (Dease), que administra 29 unidades, incluindo aí os centros de Atendimento Socioeducativo (CASE), os de Atendimento Socioeducativo Provisório (Casep) e as Casas de Semiliberdade.

[PE] - Estão sendo feitos investimentos?

Ada De Luca - Agora estamos com obras em andamento do CASE de Chapecó e com previsão de início de obras do CASE de Criciúma para este início do ano. E na área funcional, já admitimos mais 50 agentes socioeducativos, que recebem um treinamento diferenciado na Acadajuc. Mas aqui também ainda temos muito a ser feito. Há uma lista de espera de 392 adolescentes aguardando internação em CASEs. Hoje, temos 85 vagas em CASEs, 193 em Caseps e 78 em Semiliberdade. Do total de 356 vagas, 308 estão sendo ocupadas. Tem ainda os PAIs (Plantão de Atendimento Inicial), masculino e feminino, com 19 vagas, das quais nove estão ocupadas.

[PE] - O Procon-SC também faz parte das atribuições da Secretaria. Como está o trabalho ali?

Ada De Luca - Muito bom, especialmente pelo que se consegue resolver. De janeiro a outubro de 2015 o Procon-SC atendeu 19.783 consumidores, ou seja, quase 2 mil atendimentos por mês. E a média é de 96% de resolutividade. É um volume grande que deixa de entrar no sistema Judiciário, porque com a mediação feita pelo Procon se consegue uma solução. O Procon catarinense lidera 91 Procons municipais e 87 deles estão vinculados ao Sindec (Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor), que já registra mais de 500 mil consumidores cadastrados, colocando Santa Catarina em primeiro lugar no ranking nacional. O nosso Procon também monitora a plataforma virtual, consumidor.gov.br, resultado de convênio com a Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor (Senacon), do Ministério da Justiça.